

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
DIRETA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Pregão nº 0010/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Números das Requisições: 4160916; 4160921; 4162475; 4162481; 4161877; 4162409; 4162608; 4162610; 4162448; 4162453; 4162484; 4162414; 4162478; 4162480; 4162080; 4162192; 4162083; 4161839; 4162415; 4162343; 4162467; 4162466; 4162197; 4162465; 4162607; 4162162; 4162609; 4162471; 4162482; 4162082; 4162423; 4162085; 4162479; 4162345; 4161883; 4162413; 4162198; 4162464; 4160095; 4160142; 4160882; 4160260; 4158406; 4158429; 4160242; 4160246; 4160168; 4160172; 4159489; 4159492; 4159462; 4159485; 4159463; 4159488; 4160145; 4160146; 4159474; 4160908; 4160883; 4160887; 4161477; 4161476; 4160924.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual mediante Pregão Eletrônico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Quant. | Unidade | Descrição | CATMAT | Preços Unitários Máximos | Valor Total R\$ | Endereço para Entrega |
|------|--------|---------|--|--------|--------------------------|-----------------|---|
| 1 | 2551 | EMB | LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, MODELO FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 619841 | 23,9 | 60.968,90 | 2376 unidades para JF 175 unidades para GV |

| | | | | | | | |
|---|-------|-----|--|--------|------|------------|--|
| 2 | 13902 | UN | MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL CAMADAS | 485530 | 1,4 | 19.462,80 | JF |
| | | | FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, COMPONENTE CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL S/ VÁLVULA, TAMANHO ADULTO, DESCARTÁVEL. | | | | |
| 3 | 59050 | UN | AVENTAL TIPO DESCARTÁVEL, GRAMATURA MÍNIMA DE 30G/M², CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, MANGA LONGA, PUNHOS COM ELÁSTICO, FIXAÇÃO ATRAVÉS DE AMARRILHOS NAS COSTAS, BARREIRA ANTIMICROBIANA EFETIVA (BFE >95%), HIPOALERGÊNICO, MODELO UNISSEX, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO. | 604955 | 1,84 | 108.652,00 | 24000 unidades para JF 35050 unidades para GV |
| 4 | 3590 | UN | AVENTAL TIPO DESCARTÁVEL, GRAMATURA MÍNIMA DE 30G/M², CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, MANGA LONGA, PUNHOS COM ELÁSTICO, FIXAÇÃO ATRAVÉS DE AMARRILHOS NAS COSTAS, BARREIRA ANTIMICROBIANA EFETIVA (BFE >95%), HIPOALERGÊNICO, MODELO UNISSEX, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO. | 604955 | 1,84 | 6.605,60 | JF |
| 5 | 2289 | EMB | LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, MODELO FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 619840 | 24,5 | 56.080,50 | 1789 unidades para JF 500 unidades para GV |
| 6 | 3794 | CX | MÁSCARA CIRÚRGICA - MÁSCARA, TIPO USO DESCARTÁVEL/ÚNICO, TIPO FIXAÇÃO ELÁSTICO, TIPO ANTIALÉRGICO, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO (TNT), APLICAÇÃO EM CIRURGIAS, GRAMATURA 30 G/M², TRIPLA CAMADA DE FILTRAGEM, EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM DE PARTÍCULAS (EFP > 98%) E EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIOLÓGICA (BFE > 95%), ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, SEM LÁTEX, FORMATO RETANGULAR, CLIPE NASAL EMBUTIDO, COR BRANCA. CAIXA COM 50 UNIDADES. | 485312 | 8,69 | 32.969,86 | 2710 unidades para JF 1084 unidades para GV |

| | | | | | | | |
|----|------|-----|--|--------|-------|----------|---|
| 7 | 128 | EMB | LUVA DE VINIL; TRANSPARENTE; SEM LÁTEX | 619837 | 18,37 | 2.351,36 | 127 unidades |
| | | | OU PROTEÍNA; NÃO ESTÉRIL; DESCARTÁVEL. TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES. | | | | para JF 1 unidade para GV |
| 8 | 50 | EMB | LUVA DE VINIL SEM AMIDO: LUVA TOTALMENTE ISENTA DE PÓ, DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA PROFISSIONAIS QUE APRESENTAM REAÇÕES ALÉRGICAS AO CONTATO COM O AMIDO (PÓ). SUPERFÍCIE LISA - AMBIDESTRAS - TRANSPARENTE SEM AMIDO - PRODUTO NÃO-ESTÉRIL. PRODUTO DE USO ÚNICO. TAMANHO G. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 619838 | 18,5 | 925 | 47 unidades para JF 3 unidades para GV |
| 9 | 761 | UN | ÓCULOS DE SEGURANÇA, TIPO AMPLA VISÃO, ARMAÇÃO EM POLICARBONATO, LENTES EM POLICARBONATO INCOLOR, ANTI-EMBAÇANTE, HASTES AJUSTÁVEIS, SELAGEM NA REGIÃO DO SEPTO NASAL E AO REDOR DOS OLHOS, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO. | 321891 | 10,2 | 7.762,20 | 756 unidades para JF 5 unidades para GV |
| 10 | 1151 | PAR | LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO 8, ESTERILIDADE ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA. | 620078 | 1,45 | 1.668,95 | 1051 unidades para JF 100 unidades para GV |
| 11 | 1346 | PAR | LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, TAMANHO 7,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA. | 620077 | 1,44 | 1.938,24 | 546 unidades para JF 800 unidades para GV |
| 12 | 3198 | PAR | LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, TAMANHO 7, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA. | 620076 | 1,44 | 4.605,12 | 2398 unidade(s) para JF 800 unidades para GV |
| | | | AVENTAL TIPO DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL, GRAMATURA MÍNIMA DE 40G/M², CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, MANGA LONGA, PUNHOS COM ELÁSTICO, ABERTURA | | | | 2700 unidades para JF |

| | | | | | | | |
|----|------|-----|---|--------|-------|-----------|-----------------------|
| 13 | 2730 | UN | POSTERIOR, COM TIRAS DE AMARRAR (GOLA E CINTURA), BARREIRA ANTIMICROBIANA EFETIVA, HIPOALERGÊNICO, MODELO UNISSEX, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO. | 335478 | 2,01 | 5.487,30 | 30 unidades para GV |
| 14 | 516 | CX | SAPATILHA TIPO PROPÉ, USO DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO (TNT), MATERIAL 100% POLIPROPILENO, ELÁSTICO NA BORDA SUPERIOR, GRAMATURA MÍNIMA DE 30G/M², TAMANHO ÚNICO, COR BRANCA. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 341935 | 11,6 | 5.985,60 | 515 unidades para JF |
| | | | | | | | 1 unidade para GV |
| 15 | 981 | EMB | LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO; MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME; MODELO: FORMATO ANATÔMICO; FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO; TIPO: AMBIDESTRA; TAMANHO: GRANDE; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: ATÓXICA; TIPO USO: DESCARTÁVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 619842 | 23,1 | 22.661,10 | 966 unidades para JF |
| | | | | | | | 15 unidades para GV |
| 16 | 26 | PAR | LUVA RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADA EM FUNDEX/GRAFATEX E PUNHO DE RASPA, RESISTENTE A 500/600 GRAUS, COM FORRO DE LÃ INTERNO, CA 31.255, COR AMARELO COM CINZA. | 461010 | 213,4 | 5.548,40 | 24 unidades para JF |
| | | | | | | | 2 unidades para GV |
| 17 | 101 | EMB | LUVA DE VINIL SEM AMIDO: LUVA TOTALMENTE ISENTA DE PÓ, DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA PROFISSIONAIS QUE APRESENTAM REAÇÕES ALÉRGICAS AO CONTATO COM O AMIDO (PÓ). SUPERFÍCIE LISA - AMBIDESTRAS - TRANSPARENTE SEM AMIDO - PRODUTO NÃO-ESTÉRIL. PRODUTO DE USO ÚNICO. TAMANHO P. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 619836 | 18 | 1.818,00 | 99 unidades para JF |
| | | | | | | | 2 unidades para GV |
| 18 | 6850 | PAR | LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, TAMANHO 6,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA. | 620075 | 1,44 | 9.864,00 | 600 unidades para GV |
| | | | | | | | 6250 unidades para JF |
| 19 | 8 | PAR | BOTA SEGURANÇA, MATERIAL: BORRACHA, MATERIAL SOLA: PVC - CLORETO DE POLIVINILA. COR: BRANCA; TAMANHO: 38; TIPO CANO: MÉDIO; TIPO USO: AGROINDÚSTRIA PECUÁRIA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORRADA | 486445 | 39,87 | 318,96 | 3 unidades para JF |
| | | | | | | | 5 unidades para GV |

| | | | | | | | |
|----|-----|-----|--|--------|--------|----------|-----------------------|
| 20 | 14 | PAR | BOTA DE BORRACHA, VULCANIZADA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, SEM FORRO, CANO COM ALTURA DE 23 CM, NÚMERO 40. | 265007 | 42,5 | 595 | 4 unidades para JF |
| | | | | | | | 10 unidades para GV |
| 21 | 13 | PAR | BOTA DE BORRACHA, VULCANIZADA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, SEM FORRO, CANO COM ALTURA DE 23 CM, NÚMERO 42. | 265004 | 48,57 | 631,41 | 3 unidades para JF |
| | | | | | | | 10 unidades para GV |
| 22 | 12 | UN | AVENTAL COM MANGAS DO TIPO BARBEIRO (SOLDADOR) COM EMENDAS É CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO BOVINO CURTIDO AO CROMO, COSTURADO COM FIO 100% ALGODÃO OU ARAMIDA. POSSUI TIRAS LATERAIS EM RASPA, INDICADAS PARA FIXAÇÃO E AJUSTE DO AVENTAL, COM ELÁSTICOS DE AJUSTES NO CANO DA MANGA, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E FACILIDADE DE USO. INDICADO PARA USO EM ATIVIDADES QUE ENVOLVAM RISCOS AO USUÁRIO QUANTO À ABRASÃO E ESCORIAÇÕES, COMO: ATIVIDADES DE SOLDA, INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS E MARMORARIAS. | 220521 | 63,84 | 766,08 | 2 unidades para JF |
| | | | | | | | 10 unidades para GV |
| 23 | 28 | UN | CARTUCHO QUÍMICO: MULTIGASES. CARTUCHO QUÍMICO PARA AS PEÇAS FACIAIS. CARTUCHO QUÍMICO INDICADO PARA MULTIGASES. MULTIGASES: VAPORES ORGÂNICOS, CLORO, ÁCIDO CLORÍDRICO, DIÓXIDO DE CLORO, DIÓXIDO DE ENXOFRE, SULFETO DE HIDROGÊNIO (APENAS PARA FUGA), AMÔNIA/METILAMINA, FORMALDEÍDO E FLUORETO DE HIDROGÊNIO. CARTUCHO QUÍMICO PARA AS PEÇAS FACIAIS. FILTRO QUÍMICO; MULTIGASES; PRETO COM LETRAS BRANCAS; PESO: 210G. | 266274 | 110,42 | 3.091,76 | 14 unidade(s) para JF |
| | | | | | | | 14 unidade(s) para GV |
| 24 | 660 | UN | AVENTAL TIPO DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL, GRAMATURA MÍNIMA DE 50G/M ² , CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, MANGA LONGA, PUNHOS COM ELÁSTICO, ABERTURA POSTERIOR, COM TIRAS DE AMARRAR (GOLA E CINTURA), BARREIRA ANTIMICROBIANA EFETIVA, HIPOALERGÊNICO, MODELO UNISSEX, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO. | 604968 | 2,99 | 1.973,40 | JF |

| | | | | | | | |
|----|-----|-----|--|--------|-------|-----------|---------------------------------------|
| 25 | 450 | PAR | LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, TAMANHO 8,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 CM, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSÉPTICA. | 620079 | 1,46 | 657 | JF |
| 26 | 613 | CX | LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, TIPO PUNHO CURTO, TAMANHO PEQUENO, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM FORRO. CAIXA COM 100 UN. | 413375 | 17,88 | 10.960,44 | JF |
| 27 | 269 | CX | LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, TIPO PUNHO LONGO, TAMANHO GRANDE, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA LISO, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FORRO. CAIXA COM 100,00 UN. | 208640 | 21,5 | 5.783,50 | 1 caixa para GV 268 caixas para JF |
| 28 | 56 | CX | LUVA DE PROTEÇÃO M - MATERIAL: NITRÍLICA. APLICAÇÃO: LABORATORIAL. TIPO PUNHO: CURTO. TAMANHO: MÉDIO. COR: AZUL. ACABAMENTO PALMA: LISO. ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ. CAIXA C/ 100 UN. | 208768 | 20,69 | 1.158,64 | JF |
| 29 | 113 | PAR | LUVA DE SEGURANÇA, ANTI CORTE, MALHA DE AÇO INOXIDÁVEL, PUNHO CURTO, CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM ELOS DE AÇO INOX CROMO-NÍQUEL, FECHAMENTO AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE PRESILHAS METÁLICAS E BOTÕES METÁLICOS DE PRESSÃO NO PUNHO, TAMANHO G. | 368738 | 92,37 | 10.437,81 | JF |
| 30 | 107 | PAR | LUVA DE SEGURANÇA, ANTI CORTE, MALHA DE AÇO INOXIDÁVEL, PUNHO CURTO, CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM ELOS DE AÇO INOX CROMO-NÍQUEL, FECHAMENTO AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE PRESILHAS METÁLICAS E BOTÕES METÁLICOS DE PRESSÃO NO PUNHO, TAMANHO M. | 368738 | 92,37 | 9.883,59 | JF |
| 31 | 14 | PAR | LUVA PARA COZINHA, RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA, CONFECCIONADA EM NEOPRENE E ALGODÃO, COM ALÇA PARA PRENDER E PEGADOR DE PANEIA, 31 CM | 628280 | 36,64 | 512,96 | JF |

| | | | | | | | |
|----|------|-----|---|--------|-------|-----------|--|
| | | | DE COMPRIMENTO X 24 CM DE LARGURA. | | | | |
| 32 | 1435 | EMB | LUVA PROCEDIMENTO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO EXTRAPEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, | 619839 | 23,94 | 34.353,90 | 600 unidades para GV 835 unidades |
| | | | AMBIDESTRA, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO, CAIXA COM 100 UNIDADES. | | | | para JF |
| 33 | 51 | UN | AVENTAL DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO (PVC FORRADO), REVESTIDO DE PVC EM UMA FACE. DIMENSÕES: ALTURA TOTAL, 1200 MM (COM ILHOSES) E 1200 MM (COM TIRAS); LARGURA TOTAL, 645 MM (COM ILHOSES) E 700 MM (COM TIRAS). TIRAS DO MESMO MATERIAL SOLDADAS ELETRONICAMENTE, ILHOSES UTILIZADAS PARA AJUSTE AO USUÁRIO. | 274717 | 15,86 | 808,86 | JF |
| 34 | 6 | PAR | BOTA DE BORRACHA, VULCANIZADA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, SEM FORRO, CANO COM ALTURA DE 23 CM, NÚMERO 37. | 265003 | 40 | 240 | JF |
| 35 | 1 | PAR | BOTA DE BORRACHA, VULCANIZADA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, SEM FORRO, CANO COM ALTURA DE 23 CM, NÚMERO 39. | 265006 | 40,54 | 40,54 | JF |
| 36 | 5 | PAR | BOTA DE BORRACHA, VULCANIZADA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, SEM FORRO, CANO COM ALTURA DE 23 CM, NÚMERO 41. | 399269 | 47,41 | 237,05 | JF |
| 37 | 4 | PAR | BOTINA MASCULINA DE SEGURANÇA; VAQUETA NOBUCK; LÍNGUA-FOLE; COLARINHO ACOLCHOADO; SOLADO PU BIDENSIDADE; BIQUEIRA DE AÇO OU PVC; PALMILHA DE MONTAGEM NÃO TECIDO; SOBREPALMILHA ANTIMICROBIANA; CADARÇO. TAMANHO 36. | 627358 | 89,94 | 359,76 | JF |
| 38 | 4 | PAR | BOTINA MASCULINA, VAQUETA CURTIDA AO CROMO, POLIURETANO, COM CADARÇO, ACOLCHOADA E FORRADA, BIDENSA, PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIFUNGO E BACTERIAL. PARA USO HIDRÁULICO, ELÉTRICO E MECÂNICO. NÚMERO 38. | 254836 | 88,27 | 353,08 | JF |
| 39 | 6 | PAR | BOTINA DE SEGURANÇA;VAQUETA NOBUCK MARROM; LÍNGUA-FOLE; COLARINHO ACOLCHOADO; SOLADO PU BIDENSIDADE; BIQUEIRA DE AÇO OU PVC; PALMILHA DE MONTAGEM NÃO TECIDO; | 627358 | 89,94 | 539,64 | JF |

| | | | | | | | |
|----|------|-----|--|--------|--------|-----------|---|
| | | | SOBREPALMILHA ANTIMICROBIANA; CADARÇO MARROM; TAMANHO 39. | | | | |
| 40 | 9 | PAR | BOTINA MASCULINA, VAQUETA CURTIDA AO CROMO, POLIURETANO, COM CADARÇO, ACOLCHOADA E | 242717 | 86,8 | 781,2 | JF |
| | | | FORRADA, BIDENSA, PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIFUNGO E BACTERIAL. PARA USO HIDRÁULICO, ELÉTRICO E MECÂNICO. NÚMERO 41. | | | | |
| 41 | 4 | PAR | BOTINA MASCULINA DE SEGURANÇA; VAQUETA NOBUCK; LÍNGUA-FOLE; COLARINHO ACOLCHOADO; SOLADO PU BIDENSIDADE; BIQUEIRA DE AÇO OU PVC; PALMILHA DE MONTAGEM NÃO TECIDO; SOBREPALMILHA ANTIMICROBIANA; CADARÇO. TAMANHO 42. | 627358 | 89,94 | 359,76 | JF |
| 42 | 4 | PAR | BOTINA MASCULINA, VAQUETA CURTIDA AO CROMO, POLIURETANO, COM CADARÇO, ACOLCHOADA E FORRADA, BIDENSA, PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIFUNGO E BACTERIAL. PARA USO HIDRÁULICO, ELÉTRICO E MECÂNICO. NÚMERO 43. | 254837 | 88,27 | 353,08 | JF |
| 43 | 54 | UN | CAPA DE CHUVA, COM CAPUZ E MANGA COMPRIDA, TAMANHO ADULTO, FORRADA, CONFECCIONADA EM TECIDO LAMINADO DE PVC, COR AMARELA. | 477889 | 19,1 | 1.031,40 | JF |
| 44 | 32 | UN | FILTRO RESPIRADOR, REF. 513084-9000 A2B2E2K1P2. USO MÁSCARA TIPO FACIAL INTEIRA CA 5758, APLICAÇÃO GASES/VAPORES E PARTÍCULAS, COMBINADO COM ROSCA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. | 296362 | 149,91 | 4.797,12 | JF |
| 45 | 2966 | UN | LUVA DE BORRACHA, MATERIAL LATEX NATURAL, TAMANHO GRANDE, COR VERDE, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, MULTIUSO | 620099 | 5,76 | 17.084,16 | 300 unidades para GV 2666 unidades para JF |
| 46 | 422 | CX | LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LIMPEZA, TIPO PUNHO LONGO, TAMANHO MÉDIO, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA LISO, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS | 208480 | 27,6 | 11.647,20 | 1 caixa para GV 421 caixas |

| | | | | | | | |
|----|----|-----|--|--------|-------|----------|---------|
| | | | COM FORRO. CAIXA COM 100,00 UN. | | | | para JF |
| 47 | 71 | PAR | LUVA DE PROTEÇÃO, NITRÍLICA, LABORATORIAL, LONGO, MÉDIO, VERDE, ANTIDERRAPANTE, NÃO ESTERILIZADA, SEM FORRO. | 208685 | 7,5 | 532,5 | JF |
| 48 | 56 | CX | LUVA DE PROTEÇÃO, NITRÍLICA, LIMPEZA, LONGO, MÉDIO, AZUL, LISO, NÃO ESTERILIZADA, SEM FORRO. CAIXA COM 100 UNIDADES. | 208481 | 26,18 | 1.466,08 | JF |
| 49 | 22 | CX | LUVA DE PROTEÇÃO, | 208512 | 28,4 | 624,8 | JF |

| | | | | | | | |
|----|------|-----|---|--------|--------|-----------|----|
| | | | NITRÍLICA, LIMPEZA, LONGO, PEQUENO, AZUL, LISO, NÃO ESTERILIZADA, COM FORRO. CAIXA COM 100 UNIDADES. | | | | |
| 50 | 27 | UN | MÁSCARA CONTRA GASES, MATERIAL: NEOPRENE, SILICONE, TIPO FILTRO: REMOVÍVEL, SUBSTITUÍVEL, TIPO: FACIAL COM VISOR EM POLICARBONATO, TAMANHO: UNIVERSAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇA DE TRANSPORTE, MEMBRANA ACÚSTICA, DUPLA VEDA. | 274909 | 125,99 | 3.401,73 | JF |
| 51 | 168 | UN | ÓCULOS DE PROTEÇÃO, ISENTOS DE PARTES METÁLICAS, CONSTRUÇÃO EM TRÊS PAINÉIS DE POLICARBONATO, PERMITE SOBREPOSIÇÃO (ADAPTA À MAIORIA DOS ÓCULOS DE GRAU, PARA USO SOBREPOSTO), PROTEÇÃO LATERAL VENTILADA, EXCELENTE COBERTURA DA REGIÃO OCULAR E LATERAL. ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS PARA ALTO IMPACTO E FILTRAM 99% DA RADIAÇÃO UVA E UVB. CONFECCIONADO EM TRÊS PAINÉIS DE POLICARBONATO TRANSPARENTE, VISOR COM TRATAMENTO ANTIRISCO. FORNECIDO EM EMBALAGEM UNITÁRIA SELADA. FORNECIDO EM EMBALAGEM UNITÁRIA SELADA. EPI TESTADO E APROVADO PELA FUNDACENTRO COM CA VÁLIDO E EM ATENDIMENTO A ANSI Z87.1:2003. REFERÊNCIA COMERCIAL FABRICAÇÃO 3M, MODELO 3M VISION PROTECTIVE EYEWEAR 2000 SERIES, CLEAR (CA 18080), OU EQUIVALENTE TÉCNICO. | 485730 | 21,76 | 3.655,68 | JF |
| 52 | 18 | PAR | PERNEIRA DE RASPA DE COURO, SEM PARTES METÁLICAS, COM VELCRO PARA FECHAMENTO. | 323091 | 40,25 | 724,5 | JF |
| 53 | 625 | UN | PROTETOR AURICULAR DE INSERÇÃO DE SILICONE, TIPO PLUG DE TRÊS FLANGES, CONFECCIONADO EM SILICONE, ANTI ALÉRGICO/ATÓXICO. | 337283 | 1,65 | 1.031,25 | JF |
| 54 | 45 | UN | TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL NÃO TECIDO 100 POLIPROPILENO, MODELO COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR SEM COR, GRAMATURA* CERCA DE 30, TAMANHO ÚNICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01 HIPOALERGÊNICA, INODORA, UNISSEX. | 428620 | 8,62 | 387,9 | JF |
| 55 | 5950 | UN | MÁSCARA DE SEGURANÇA, CLASSE PFF-2 (S) TIPO | 485533 | 2,47 | 14.696,50 | JF |

| | | | | | | | |
|----|-----|----|---|--------|-------|----------|----|
| | | | RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DESCARTÁVEL, INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA POEIRAS E NÉVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS METÁLICOS OU PLÁSTICOS, EM CONCENTRAÇÕES NÃO SUPERIORES A 10 (DEZ) VEZES O LIMITE DE EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL (LT OU TLV) DESTES PARTICULADOS. NÃO É RECOMENDADO PARA USO HOSPITALAR EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS OU ODONTOLÓGICOS. COM SISTEMA DE TRÊS PAINÉIS PROPORCIONA AJUSTE ADEQUADO AOS DIFERENTES FORMATOS DE ROSTO, OFERECENDO VEDAÇÃO E CONFORTO. EQUIPADA COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO QUE PROPORCIONA RESPIRAÇÃO MAIS NATURAL E REDUZ A TEMPERATURA DENTRO DO RESPIRADOR. SISTEMA ANTIEMBAÇANTE QUE EVITA O EMBACAMENTO DOS ÓCULOS DE SEGURANÇA. FORNECIDO EM EMBALAGEM UNITÁRIA SELADA. EPI TESTADO E APROVADO PELA FUNDACENTRO COM CA VÁLIDO E EM ATENDIMENTO A ANSI Z87.1:2003. DEVE ATENDER ÀS NORMAS NBR 13696, NBR 13697, NBR 12543. | | | | |
| 56 | 50 | UN | AVENTAL HOSPITALAR, TIPO: CAPOTE CIRÚRGICO, MATERIAL : ALGODÃO, TAMANHO : G, GRAMATURA: CERCA DE 200 G,CM2, COR : COM COR, COMPONENTE: TIRAS PARA FIXAÇÃO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MANGA LONGA, PUNHO MALHA, ESTERILIDADE : ESTERILIZÁVEL. | 604935 | 61,25 | 3.062,50 | JF |
| 57 | 373 | UN | ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO, TIPO PROTEÇÃO: LATERAL, COR LENTE: FUMÊ, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A IMPACTOS. | 382512 | 3,5 | 1.305,50 | JF |
| 58 | 130 | UN | PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD), MATERIAL: POLICARBONATO, COR: TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO VISEIRA, C/ VISOR FIXO, TIPO FIXAÇÃO: CARNIERIA REGULÁVEL. | 467256 | 30,45 | 3.958,50 | JF |
| 59 | 127 | UN | ABAFADOR DE RUÍDO AURICULAR, POLIETILENO, COR VERMELHA, TIPO CONCHA, REGULÁVEL, NÍVEL | 322932 | 36,5 | 4.635,50 | JF |

| | | | | | | | |
|----|-----|-----|--|--------|------|----------|----|
| | | | DE REDUÇÃO DE RUÍDO ACIMA | | | | |
| | | | DE 85 DB. | | | | |
| 60 | 38 | UN | CAPACETE DE SEGURANÇA, COMPOSTO DE CASCO, SUSPENSÃO, COM TIRAS DE ABSORÇÃO DE SUOR E SISTEMA DE SUSPENSÃO ADAPTÁVEL POR MEIO DE DISPOSITIVO DE AJUSTE TIPO CATRACA GIRATÓRIA DE 4 PONTOS PARA AJUSTE DE TAMANHO DA CABEÇA. AJUSTÁVEL PARA A MAIORIA DE TAMANHOS DE CABEÇA, DE 50 A 64 CM (6-1/4 A 8 POLEGADAS). SISTEMA DE SUSPENSÃO MAIS BAIXA PARA REDUZIR A PRESSÃO E AUMENTAR A ESTABILIDADE, FLEXIONANDO E SE AJUSTANDO AO TAMANHO DA CABEÇA. À MEDIDA QUE O SISTEMA DE AJUSTE POR CATRACA É ACIONADO, A PRESSÃO NA REGIÃO DA TESTA É REDUZIDA PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO DURANTE O USO. FORNECIDO NA COR BRANCA, COM FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS. EPI TESTADO E APROVADO PELA FUNDACENTRO COM CA VÁLIDO E EM ATENDIMENTO A ANSI Z87.1:2003. REFERÊNCIA COMERCIAL FABRICAÇÃO 3M, LINHA DE CAPACETES DE SEGURANÇA 3M SECUREFIT H-700, REF. HB004732416 (CA 29638), OU EQUIVALENTE TÉCNICO. | 614947 | 49,9 | 1.896,20 | JF |
| 61 | 205 | PAR | LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA TIUPO PETROLEIRA TOTAL COM REFORÇO, TAMANHO 25 CM CA 26742. | 449497 | 18,5 | 3.792,50 | JF |
| 62 | 20 | PAR | LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM QUATRO FIOS DE ALGODÃO, PIGMENTOS ANTIDERRAPANTES DE PVC NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, APLICAÇÃO SEGURANÇA CONTRA AGENTES MECÂNICOS, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MIN. TRABALHO. | 355664 | 3,69 | 73,8 | JF |
| 63 | 6 | PAR | LUVA NEOLÁTEX, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E NEOPRENE COM REFORÇO EXTRA, ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA E MECÂNICA, ESPESSURA DE 0,70MM, INTERIOR FORRADO EM ALGODÃO FLOCADO, PALMA ANTIDERRAPANTE, TAMANHO GG, COR AZUL COM AMARELO, CA 5.774. | 384294 | 7,73 | 46,38 | JF |
| | | | LUVA PVC, 66 CM, MÉDIO, | | | | |

| | | | | | | | |
|----|-----|-----|--|--------|--------|----------|---------------------------------------|
| 64 | 5 | PAR | CANO ATÉ O OMBRO/COM FORRAÇÃO, MANUSEIO DE ÁCIDOS, ALCALÉS E DETERGENTES. | 359254 | 53,45 | 267,25 | JF |
| 65 | 7 | PAR | LUVA SEGURANÇA, LONA, 25 CM, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I.), TIRA RASPA ENTRE POLEGAR E INDICADOR, PUNHO MALHA. | 322370 | 17,31 | 121,17 | JF |
| 66 | 11 | UN | MASCARA DE SOLDA COM VISOR FIXO; MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA, COMPOSTA DE ESCUDO DE CELERON, COM CARNEIRA DE POLIETILENO, COM REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE AJUSTE OU ATRAVÉS DE CATRACA, OU SEM CARNEIRA E COM CABO CONFECCIONADO DE FIBRA E AÇO DE APROXIMADAMENTE 115MM DE COMPRIMENTO E 30 MM DE DIÂMETRO. USADAS COM LENTES RETANGULARES: 51MM X 108MM. | 366649 | 95,99 | 1.055,89 | JF |
| 67 | 12 | UN | PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, CONSTITUÍDO POR DOIS ABAFADORES EM FORMA DE CONCHA, MONTADOS SIMETRICAMENTE NAS EXTREMIDADES DE UMA HASTE EM PLÁSTICO ABS / POM SUPORTE AJUSTÁVEL, EM FORMA DE ARCO, ADAPTÁVEL A CABEÇA HUMANA, CADA ABAFADOR ADAPTADO SOB PRESSÃO, AOS RESPECTIVOS PAVILHÕES AURICULARES, COM ATENUAÇÃO DE RUÍDO(NRRSF) MAIOR OU IGUAL A 22DB | 613474 | 38,8 | 465,6 | JF |
| 68 | 10 | UN | PROTETOR AURICULAR CONCHA COM ATENUAÇÃO DE RUÍDO MAIOR OU IGUAL A 18 DB, CONSTITUÍDO POR 2 ABAFADORES EM FORMA DE CONCHA COM HASTE AJUSTÁVEL PERMITINDO APLICAÇÃO SOBRE PRESSÃO. | 318473 | 26,2 | 262 | JF |
| 69 | 12 | PAR | LUVA PROTEÇÃO, NOMEX/KEVLAR, ÚNICO, LONGO, 5 DEDOS, RESISTENTE A TEMPERATURA ATÉ 230 °C, AZUL. | 335008 | 176,17 | 2.114,04 | JF |
| 70 | 110 | PAR | LUVA BORRACHA, LÁTEX NATURAL, PEQUENO, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO E TALCADO, MULTIUSO. | 235793 | 5,75 | 632,5 | 100 unidades - GV 10 unidades - JF |

| | | | | | | | |
|----|----|----|---|--------|--------|----------|----|
| 71 | 12 | UN | FILTRO COMBINADO (QUÍMICO CLASSE 1 E MECÂNICO CLASSE P3): GASES ÁCIDOS, GÁS SULFÍDRICO (ESCAPE) E POEIRAS, NÉVOAS, FUMOS E RADIONUCLÍDEOS (P3); VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, GÁS SULFÍDRICO (ESCAPE), FORMALDEÍDO, AMÔNIA E METILAMINA E POEIRAS, NÉVOAS, FUMOS E RADIONUCLÍDEOS (P3); FLUORETO DE HIDROGÊNIO E | 449179 | 159,98 | 1.919,76 | JF |
|----|----|----|---|--------|--------|----------|----|

| | | | | | | | |
|----|------|-----|--|--------|--------|-----------|-----------------------|
| | | | POEIRAS, NÉVOAS, FUMOS E RADIONUCLÍDEOS (P3). | | | | |
| 72 | 200 | PAR | LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA TIRA DE REFORÇO EXTERNO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR REFORÇO INTERNO EM RASPA NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO 10 CM. | 440936 | 13,2 | 2.640,00 | JF |
| 73 | 12 | PAR | LUVA ISOLANTE; MATERIAL: BORRACHA NATURAL, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CLASSE 00, TIPO 2, PUNHO RETO, ORLA REFORÇADA E. | 338212 | 227,45 | 2.729,40 | JF |
| 74 | 16 | UN | ÓCULOS DE PROTEÇÃO PARA LASER CLASSE 3B; COMPRIMENTO DE ONDA: 830 E 904 NANÔMETROS; LENTES AZULADAS; TRANSMISSÃO DA LUZ VISÍVEL (VLT) - APROXIMADAMENTE 60%; DENSIDADE ÓPTICA (OD) - APROXIMADAMENTE 5.0. | 485733 | 38,65 | 618,4 | JF |
| 75 | 1699 | EMB | TOUCA DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, MATERIAL* NÃO TECIDO 100 POLIPROPILENO, MODELO COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR* COM COR, GRAMATURA* CERCA DE 30, TAMANHO* ÚNICO, TIPO USO* DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01 HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. | 428616 | 8,62 | 14.645,38 | 1159 unidades para JF |
| | | | | | | | 540 unidades para GV |
| 76 | 100 | PAR | LUVA CIRÚRGICA. BORRACHA NATURAL - LÁTEX; SUPERFÍCIE TEXTURIZADA; ANATÔMICO. COM PÓ BIOABSORVÍVEL. C/ COR. Nº 9,0. EM PAR. ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO EMBALAGEM INDIVIDUAL | 620086 | 1,3 | 130 | JF |

Valor Total: R\$ 548.005,44 (Quinhentos e quarenta e oito mil, cinco reais e quarenta e quatro centavos).

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses** contados do(a) **emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se

pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.1. A comprovação dos critérios acima, quando necessária, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de compra de itens simples, de baixo valor e com entrega imediata.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 4.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.7. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

JF: Almoxarifado Central/Gerência de Patrimônio, localizado na 4ª Plataforma do Campus Universitário da UFJF, na Rua José Lourenço Kelmer, s/nº, bairro São Pedro, na cidade de Juiz de Fora - MG, de segunda a sexta-feira no horário de 9:00 às 17:00 hs.

GV: Almoxarifado da UFJF, Rua São Paulo, 745 – Centro – Governador Valadares – MG – CEP 35010-180, de segunda a sexta-feira no horário de 8:00 às 18:00hrs.

- 5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por

escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.15. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.19. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.21. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.22. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - 7.2.4. Multa:
 - 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **21** dias
 - 7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da ‘Lei n. 14.133, de 2021.
 - 7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% a 30% do valor da contratação.
 - 7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, 20% a 25% do valor da contratação.
 - 7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, 15% a 20% do valor da contratação.
 - 7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% a 15% do valor da contratação.
 - 7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% a 10% do valor da contratação.
 - 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
 - 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
 - 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o

Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de

2021.

- 8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.11.1. o prazo de validade;
 - 8.11.2. a data da emissão;
 - 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.11.5. o valor a pagar; e
 - 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução

Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

- 8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a

Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/05/2026.
- 8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. O IPCA é adotado por não haver índice específico ou setorial para o objeto da contratação. Ele é amplamente adotado para refletir a inflação real e garantir o equilíbrio econômico de contratações.
- 8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral. O fornecimento integral foi adotado por garantir maior eficiência administrativa, padronização da execução e melhor controle contratual, proporcionando maior economicidade e celeridade à contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei,

tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 548.005,44 (Quinhentos e quarenta e oito mil, cinco reais e quarenta e quatro centavos) conforme custos unitários contidos na tabela do item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 153061/15228;
- II) Fonte de recursos: R\$ 1.000.000.000;
- III) Programa de trabalho: 230.025;
- IV) Elemento de despesa: 339030; e
- V) Plano interno: [...].

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Juiz de Fora, 25 de maio de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *5 dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia- Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.
 - 3.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, se for o caso.
 - 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
 - 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.8 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.8.1. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.8.2. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.8.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.8.5. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.10 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa

com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 4.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
 - 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
 - 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo

para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.5.4 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.5.5 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do

art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Juiz de Fora, Seção Judiciária de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 0010/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, 25 de maio de 2026 .

Comissão de Compras de EPIs – Área da Saúde